

RESENHAS

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão.
São Paulo: Nobel, 1987.

Luiz Mello de Almeida(*)

Em meio ao caos sócio-político-econômico que se alastra pelo país, principalmente a partir da instauração da chamada 'Nova República', onde a sociedade brasileira se vê às voltas com os descaminhos de uma pretensa transição, Milton Santos, com o intuito de contribuir para a discussão acerca da redemocratização brasileira, traz a público um novo trabalho: O ESPAÇO DO CIDADÃO.

Com esse livro Santos procura inserir-se nos debates atuais sobre cidadania brasileira, partindo de uma orientação sociológico-geográfica, segundo a qual os lugares do território ocupados pelos cidadãos determinam em grande parte a dimensão de sua cidadania. O estudo, entretanto, não se limita à demonstração dessa tese, objetivando também elucidar as distinções entre os conceitos de cidadão, consumidor e indivíduo. Numa sociedade de massas, onde a indústria cultural e a burocratização generalizada têm influência decisiva sobre os destinos da maioria da população, Santos procura relacionar a questão da cidadania a outras dimensões da vida individual e coletiva, com particular ênfase sobre a submissão dos cidadãos aos ditames do consumismo e aos abusos da tecnocracia estatal.

O autor, ao analisar a evolução do conceito de cidadania, de suas origens aos dias atuais, introduz a questão central de qual-

(*) Aluno do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

quer estudo sobre cidadania no contexto da realidade brasileira: Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos e quantos nem sequer sabem que não o são? Obviamente, sua resposta a tal questão não poderia ter um caráter senão melancólico, uma vez que facilmente se constata que nos países do Terceiro Mundo não existe uma cidadania única e global, que garanta a todos, indistintamente, uma distribuição equitativa de benefícios, principalmente sociais, mas ao invés, diversas categorias de cidadania que trazem implícita a existência de diversas classes de cidadãos, mutilados e diferenciados de acordo com os direitos que lhes são garantidos.

Ser mais ou menos cidadão depende significativamente do ponto do território onde se está, uma vez que as classes sociais dividem-se espacialmente, sendo a acessibilidade a bens e serviços um elemento definidor da situação do homem enquanto produtor, consumidor ou cidadão. À distância geográfica associa-se a distância política, o que implica no não-acesso às fontes de informação e poder. O componente territorial é, portanto, indispensável na conceituação de cidadania elaborada por Santos, visto que a universalidade da igualdade presente na cidadania tem como pressuposto, segundo o autor, uma acessibilidade que possibilite a todos um maior bem-estar. Essa igualdade, entretanto, só se efetivará a partir de uma redefinição dos projetos governamentais e de novos níveis de escala geográfica. A geografização da cidadania propõe, então, uma superação dessas condições de pré-cidadania, semi-cidadania e não-cidadania em que vivem muitos brasileiros, começando pela garantia de duas modalidades de direitos, incondicionalmente, a todos os cidadãos: os direitos territoriais e os direitos culturais.

À Constituição cabe assegurar a cidadania a todos, independentemente de sua localização no território, tendo como objetivo a superação de uma cidadania abstrata em nome de uma cidadania concreta, onde o lugar ocupado pelos indivíduos não seja um elemento desqualificador de sua cidadania e a utilização do espaço não mais consolide desigualdades e injustiças, revelando-se como um espaço sem cidadãos. É imperativo que, ao se olhar o mapa do país, não mais se constate a existência de grandes áreas vazias de hospi-

tais, postos de saúde, escolas, informação geral e especializada.

Inserindo-se no rol dos que definem a cidadania a partir de uma tipologia de direitos, Santos afirma que uma cidadania concreta se traduz por uma lista efetiva de direitos que podem e devem ser reclamados por qualquer indivíduo. A cidadania real seria, então, uma junção da personalidade forte, portadora de uma coragem civil, e dos instrumentos legais que assegura a liberdade. Encontraria sua forma definida enquanto categoria jurídica, e não apenas política, que assegura a igualdade a todos, cabendo ao cidadão permanecer alerta e lutar a fim de garantir e ampliar os horizontes de sua cidadania.

No caos organizado da cidade, entretanto, no qual a exploração se manifesta sob diferentes formas e em diferenciados lugares, os indivíduos lutam desordenadamente, perdidos na multiplicidade de focos de combate, frequentemente confundindo os objetivos e os alvos no permanente estado de guerra da sobrevivência. Muitos movimentos populares não distinguem a luta pela conquista da cidadania da inserção na esfera do consumo, originando a polêmica questão do caráter revolucionário ou reformista dos movimentos sociais que não se restringem ao sindicato e aos partidos políticos. A luta pelo direito à moradia, por exemplo, não significa, como às vezes parece, a luta pelo status de proprietário, e o direito de votar (consumo do título de eleitor) não significa necessariamente a participação efetiva nas decisões e rumos do país. O desempenho de papéis fragmentados e parciais ofusca a formação de um sujeito social orientado pela consolidação de valores e pela postura de objetivos finais. Os direitos sociais metamorfoseiam-se em conquistas individuais, e o consumidor ocupa o lugar do cidadão. A crítica do consumismo e o reaprendizado da cidadania são, portanto, tarefas inseparáveis.

Preocupado com o papel que o consumo passou a desempenhar na vida coletiva e na formação do caráter dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, Santos ressalta que o consumo, substituindo a religião, transformou-se no ópio das massas, num agente aniquila

dor da personalidade, que materializa sua fé no desejo e/ou ato de consumir (coisas, cultura, lazer, prazer, etc). Alienado no consumo, o homem aprisiona-se no universo dos objetos e serviços por ele mesmo produzidos, passando a existência a ser vivida em função da busca de coisas e não à consagração de valores.

Vê-se que por intermédio de processos particulares, característicos de um desgovernado projeto de desenvolvimento nacional, as diversas espécies de cidadãos mutilados encontraram sua identidade coletiva na figura do consumidor, que localiza nas esperanças de consumir a razão última de sua existência. Como consequência disso, os projetos pessoais deslocam para um plano secundário a elaboração de um projeto nacional consequente, sendo a alienação, que ofusca as distinções entre aspirações pessoais legítimas e necessidades socialmente condicionadas, o elemento consolidador da condição de não-cidadania. Não sendo cidadão, o consumidor é enclausurado na armadura de consumidor mais-que-perfeito, o qual só encontra satisfações pulsionais parciais, não tendo direito à contestação nem ao debate sobre os objetivos de seus desejos e ações.

Esse processo de submissão da cidadania ao consumidor é ainda mais drástico se considerarmos que, diante da miséria reinante no país, a maioria absoluta dos brasileiros encontra-se condenada a não alcançar nem a condição de cidadão nem a de consumidor, vivendo na esperança esquizofrênica de superação de seu estado de pobreza. A esperança de consumir atua, então, como um entorpecedor que penetra as veias das consciências, inserindo o pretensu consumidor numa atmosfera paradisíaca, numa verdadeira viagem, em que o futuro é o lugar de redenção das atuais condições de existência. Entremente, Santos afirma (por meio de uma explicação pouco convincente que os apelos do consumo aprisionam principalmente os indivíduos da classe média, limitando o leque de objetividades sociais possíveis, na medida em que anestesia a rebeldia e a vontade de ser outro, por meio do massacre da personalidade implementado pela cultura de massas.

Como um médico que diante de um diagnóstico grave não se desespera e acredita na recuperação do doente, Santos não incorpora o

nilismo generalizado que tem caracterizado as posturas intelectuais no que diz respeito à superação dessa condição de desumanização do humano produzida pelos mecanismos de aniquilação das consciências individuais e de criação de individualidades autômatas. Segundo ele, a desumanização não atinge a todos indistinta e igualmente, e um dia o cotidiano transformar-se-á na escola da desalienação, onde o homem, ser dialético, revoltar-se-á conscientemente contra todas as formas de manipulação, permitindo o renascimento do homem forte, livre.

Nesse sentido, só a partir de um novo modelo cívico - entenda-se, modelo de cidadania - é que o país encontrará uma orientação eficaz diante dos descaminhos pelos quais vem passando, de nada adiantando a simples mudança dos modelos econômico e político por si sós. A saída para os problemas nacionais estaria no desenvolvimento da idéia de valor, que possibilita o encontro com o futuro por meio do abandono do economicismo que empobrece a vida social e por meio da recuperação da cultura. Faz-se necessária a proposição de um novo pacto territorial estrutural, que possibilite um uso coerente do território, de acordo com um projeto de nação que tenha como um de seus elementos centrais o fortalecimento da cidadania fundamentada na igualdade individual.

É interessante observar que ao longo do desenvolvimento de seu livro, e particularmente nos capítulos referentes a esse novo projeto de nação, Santos assume uma postura quase visionária, sugerindo implicitamente que tudo não passaria de um ato de vontade. A utopia da grande nação brasileira emerge em ricos detalhes, sem que entretanto encontremos as formas concretas, os mecanismos de luta, as características da organização popular, enfim, as relações de poder que viabilizariam a consolidação desse projeto. Como se chegar, na luta cotidiana, a essa grande nação, que teria na cidadania seu elemento norteador, é uma questão que permanece em aberto.

Obviamente, esse questionamento das formas de luta não significa que coubesse ao autor assumir efetivamente o papel do médico que prescreve uma terapêutica para os males de uma sociedade mo-

ribunda. O que se pretende ressaltar é que a questão do conflito de classes é camuflada, alijada do processo de construção de uma nova cidadania e de uma nova nação, parecendo esse processo não passar de uma grande reforma social. A discussão mantém-se no nível da equidade, da distribuição de benefícios sociais e do exercício de direitos civis, políticos ou regionais e culturais, não sendo questionada a estrutura do modo de produção capitalista, sua necessidade de organizar espacialmente tanto a produção como a distribuição de bens e serviços, bem como sua necessidade de fomentar a existência de cidadãos mutilados. É como se a cidadania fosse apenas uma questão política ou jurídica e não parte integrante de uma totalidade, que para ser alterada ou transformada radicalmente, produz vivos e arrepios em todas as dimensões da vida, seja ela política, social, econômica ou cultural.

Indiscutivelmente, entretanto, O ESPAÇO DO CIDADÃO contribui para os debates atuais acerca da cidadania, principalmente nesse momento em que a categoria CIDADANIA encontra-se num intenso processo de (re)definição conceitual, numa tentativa de se elaborar teoricamente aquilo que todos sabem intuitivamente, mas que poucos conseguem objetivar em palavras ou experienciar em suas existências cotidianas.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Co-edição Paz e Terra e Editora UNESP, 1987.

José Mendes de Oliveira(*)

Pela sua inquestionável importância para o pensamento social brasileiro, e mais especificamente para a formação das mais novas gerações de sociólogos no Brasil, Florestan Fernandes e seu trabalho foram objeto de homenagem e consideração analítica na 1ª Jornada de Ciências Sociais da UNESP (Campus de Marília) realizada de

(*) Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília.